



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

7ª ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2021 SMS - INTERNA

Aos dezesseis dias do mês de março do ano de 2021, às 15h, na sala do certame, reuniu-se, sob a coordenação da Pregoeira FLÁVIA MARIA NOGUEIRA MATTOS estando presentes os membros: Bárbara Costa de Oliveira, Jorel Félix da Silva, Luciana dos Santos Silva Duarte, Luiz Eduardo Jacques Francisco, Marília Nogueira Gil, Glauco da Silva Bezerra, Thatia Correa Schmildt, Alessandra da Silva Vargas, Miriam Abrantes Salti de Carvalho, Fátima Maria Cordeiro de Souza, Victor Andrade de Silveira, Vinícius Moro da Mata, Luiz Fernando da Costa Azevedo, Nilsergio de Brito Marins, Natalí Rita Quintanilha de Oliveira Douglass, Marcos Assumpção Andrade, Juan Maranhão da Silva, Juliana Lopes da Silva Carvalho, Leonardo Aurélio C. Nogueira e Amanda Monteiro Machado Marques, para proceder a análise dos questionamentos enviados, via e-mail, pela empresa **PLANEJAR TERCEIRIZAÇÃOE SERVIÇOS S.A**, sobre a exigência quanto a insalubridade. Em resposta ao e-mail enviado a essa especializada cumpre os seguintes esclarecimentos: A empresa Planejar alega posicionamento divergente quanto ao exposto na 6ª Ata de realização e as respostas ao questionamento formulados anteriormente a abertura do Pregão quanto ao percentual de insalubridade. São os questionamentos: Pergunta: Alguma Função faz Jus a adc. de Insalubridade ou Periculosidade? Caso positivo quais e qual a quantidade? Resposta: Sobre a Insalubridade, informamos que a empresa deverá acompanhar a CCT. A empresa GENERAL CONTRACTOR CONSTRUTORA EIRELI, CNPJ de nº 73509440/0001-42, fez os seguintes questionamentos: Pergunta: 11. Por não se tratar de matéria em Convenção Coletiva de Trabalho e legislação vigente, mas sim de acordo com o local da prestação dos serviços, sendo possível a constatação ou não somente após laudo técnico emitido por profissional competente e após o início da prestação dos serviços, solicitamos informar para garantir a isonomia das propostas se devem ou não serem previstos na proposta comercial custos com adicional de insalubridade ou periculosidade com as respectivas função e percentuais. Resposta: CONFORME QUANTIDADE PREVISTA NO TERMO DE REFERÊNCIA PARA CADA CARGO/FUNÇÃO. Em análise ao apresentado passamos aos esclarecimentos: Quanto à ausência de divergência nas informações: Em ambos os questionamentos as respostas estão em consonância ao Edital e bem como ao posicionamento adotado pela pregoeira em sessão, senão vejamos. Em ata consta: “o percentual de insalubridade será exigido de todas as empresas que forem classificadas para a apresentação da planilha de formação de preços...” Dessa forma, todas as CCTs apresentadas que constem a previsão de percentual de insalubridade a mesma deverá constar na planilha da proposta. A alegação de ausência de perícia para justificar a não previsão do percentual de insalubridade não merece prosperar, visto que conforme respondido deverá ser considerado a quantidade prevista no Termo de Referência, onde consta no anexo da memória de cálculo todas as funções e cargos que executam atividades insalubres. Cabe ainda ressaltar que a proposta realinhada deve ser balizada nas informações fornecidas pela própria licitante observando o edital e a CCT por ela

indicada, salientando ainda que a CCT apresentada pela empresa Planejar (CCT 000830/20200) traz a previsão do adicional de insalubridade na cláusula 16ª. Dessa forma não há que se falar em nulidade do processo conforme todo o esclarecido e ainda ressaltando que essa especializada e a licitante estão vinculadas ao fiel cumprimento do Edital em virtude do Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, as alegações de vícios são cabíveis em sede de impugnação ao Edital, direito esse precluso uma vez que a licitante se submeteu as regras constantes ao participar do certame sem questionamentos anteriores. Tendo em vista que os e-mail são respondidos conforme ordem de chegada e ainda que a empresa respondeu ao e-mail enviado sob o título “Proposta Realinhada” não foi possível identificar os questionamentos formulados até a presente data. Entendo que as respostas são de importância para a apresentação da proposta realinhada, fica prorrogado o prazo para apresentação até o término do expediente da presente data as 17 hs, ressaltamos que após análise poderá ser solicitada novas correções conforme previsto em edital, devendo estar atento aos prazos estipulados. Após resposta da CPL, conforme fls. _____, foi solicitado novamente o envio da proposta realinhada. Findado o prazo, a empresa **PLANEJAR TERCEIRIZAÇÃO E SERVIÇOS S.A** não encaminhou a proposta solicitada, sendo considerada desclassificada. Tendo em vista o ocorrido será convocada a empresa **IBS ADM. DE SERV. E LOC. DE MÃO DE OBRA** classificada em quarto lugar, para apresentar a proposta realinhada, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a declaração de provisoriamente vencedora, adequando o valor ofertado aos requisitos da Planilha da IN 05/2017, estando vinculada à convenção indicada em sua proposta original, sendo vedada a sua substituição, sob pena de desclassificação da proposta”. Registra que o envio da proposta poderá ser feita via e-mail maricacpl@gmail.com. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, e para constar, a presente ata que, após lida e acatada, vai assinada pela Pregoeira, Equipe de apoio.

FLÁVIA MARIA NOGUEIRA MATTOS

Pregoeira

Maricá, 16 de março de 2021.

Membros Da Equipe De Apoio	
Alessandra da Silva Vargas	Amanda Monteiro Machado Marques
Jorel Felix da Silva	Natalí Rita Quintanilha de Oliveira Douglass
Luciana dos Santos Silva Duarte	Thatia Corrêa Schmildt
Victor Andrade da Silveira	Juliana Lopes da Silva Carvalho

Glauco da Silva Bezerra	Leonardo Aurélio C. Nogueira
Nilsergio de Brito Marins	Marcos Assumpção Andrade
Vinicius Moro da Mata	Luiz Fernando da Costa Azevedo
Fátima Maria Cordeiro de Souza	Luiz Eduardo Jacques Francisco
Bárbara Costa de Oliveira	Miriam Abrantes Salti de Carvalho
Marília Nogueira Gil	Juan Maranhão da Silva